

BOLSONARISMO E DESDEMOCRATIZAÇÃO: O ALERTA NAS CONQUISTAS DE CIDADANIA E CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA

BOLSONARISM AND RETROCESS IN DEMOCRACY: THE ALERT IN THE ACHIEVEMENTS OF CITIZENSHIP AND DEMOCRATIC CONSOLIDATION

Natal dos Reis Carvalho Júnior¹

Roberta dos Santos Pereira de Carvalho²

RESUMO

Os movimentos políticos e sociais que acontecem a partir de junho de 2013 no Brasil marcam um momento de revitalização da direita brasileira. Com a ascensão de uma nova direita e a eleição de Jair Bolsonaro surge um novo fenômeno político que começa a ser identificado como bolsonarismo, um populismo de direita aplicado a realidade brasileira. As características do bolsonarismo, em grande parte excludentes, levam a um cenário de estagnação e retrocesso em instrumentos democráticos e de cidadania que pareciam estar consolidados, e passa a ser identificado pela terminologia desdemocratização. Esse processo colide com a Constituição de 1988, amplamente democrática e fundada na tolerância, observância dos direitos humanos e promoção da cidadania. É a própria Constituição o melhor instrumento de resistência a autoritarismos.

Palavras-chave: Democracia e retrocesso; bolsonarismo; desdemocratização; cidadania e retrocesso; populismo de direita.

ABSTRACT

The political and social movements that take place from June 2013 in Brazil mark a moment of revitalization of the Brazilian right. With the rise of a new right and the election of Jair Bolsonaro emerges a new political phenomenon that is beginning to be identified as pockets, a right-wing populism applied to Brazilian reality. The largely exclusionary characteristics of Bolsonaroism lead to a scenario of stagnation and regression in democratic and citizenship instruments that seemed to be consolidated, and is now identified by the terminology of de-

¹ Advogado e Professor do Curso de Direito do Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé, em que também atua como pesquisador extensionista e membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE). Mestre e doutorando em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto. Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Curitiba (2007). Especialista em Ciências Criminais; e Administração Pública, pelo Centro Universitário Curitiba e Faculdade Internacional de Curitiba, respectivamente. Tem experiência na área de Direito Público e Administração Pública, com ênfase em Direito Constitucional, Direito Administrativo, Ciências Criminais e Teoria Geral do Processo

² Bacharel em Direito. Advogada.

democratization. This process clashes with the broadly democratic 1988 Constitution based on tolerance, respect for human rights and the promotion of citizenship. The Constitution itself is the best instrument of resistance to authoritarianism.

Keywords: Democracy and setback; bolsonarism; undemocratization; citizenship and setback; right-wing populism.

INTRODUÇÃO

O Brasil vem passando por um movimento de turbulência política e econômica que tem abalado o ambiente democrático e criado um anticlímax nos processos de avanço da cidadania que se desenhavam desde a promulgação da Constituição de 1988. O início desse movimento pode ser marcado a partir das manifestações de rua que acontecem em junho de 2013 e tem o seu ápice com a eleição e os primeiros meses de governo de Jair Messias Bolsonaro na Presidência do Brasil.

Alguns hábitos democráticos que pareciam estar consolidados nas primeiras três décadas da Constituição, como uma pacífica tolerância e convivência de grupos políticos opositores; atuação conciliadora nas relações internacionais; preservação da autonomia de instituições; defesa dos Direitos Humanos como política permanente de Estado, começam a demonstrar sinais de esgarçamento. Também instituições democráticas relevantes como conselhos populares; autonomia universitária; liberdade de expressão cultural e jornalística emitem fortes sinais de alerta.

Esse movimento político e social passou mais recentemente a ser designado como “bolsonarismo”, embora seja muito maior do que a figura de Jair Bolsonaro. Um dos principais objetivos e filosofia desse movimento parecem transparecer no chavão “acabar com tudo isso que tá aí”. Assim, esse cenário tem merecido atenção e reflexão por parte do Direito e demais áreas das Ciências Sociais com a finalidade de preservar e defender a Constituição brasileira e os avanços no campo dos direitos individuais e sociais realizados no período pós 1988.

O presente artigo pretende compreender esse fenômeno político e propor uma reflexão a respeito da democracia e cidadania no contexto atual e o papel do Direito Constitucional e

Direitos Humanos na preservação do estado democrático e da dignidade humana diante de governos e formação de maiorias de ocasião. Também é relevante o debate se alguns processos podem ser caracterizados como uma estagnação do processo de democratização do país ou, por outro ângulo, estariam inseridos em uma categoria de “desdemocratização” caracterizando definitivamente um movimento de retrocesso dos institutos democráticos. Por fim, coloca-se a questão a respeito de qual deve ser o papel do Poder Judiciário, do Direito Constitucional e dos Direitos Humanos na preservação do Estado democrático e manutenção dos direitos fundamentais individuais e sociais assegurados pela Constituição. Esse estudo é feito por meio de pesquisas bibliográficas em confronto com as posições públicas do governo federal e movimentos de direita no Brasil.

1. O MOVIMENTO POLÍTICO QUE SE DESENHA NO BRASIL A PARTIR DE JUNHO DE 2013

Em que pese a dificuldade de identificar marcos temporais em processos históricos ainda não concluídos, é possível perceber no Brasil um claro movimento que começa a ser desenhado a partir de junho de 2013, com as manifestações que passam a acontecer em diversas cidades do Brasil com pautas bastante heterogêneas. Iniciado a partir de reivindicações ligadas ao transporte público urbano esses movimentos acabariam gerando algumas das maiores manifestações da história recente do país.

Esses movimentos apresentaram duas características merecedoras de destaque. Em primeiro lugar eram os primeiros grandes movimentos desde o início da transição democrática que não tinham o Partido dos Trabalhadores ou movimentos sociais ligados à formação do partido como articuladores; ao contrário, os governos do partido eram alvo do ataque de boa parte dos manifestantes. Em segundo lugar esses movimentos representaram a “descoberta” das ruas pela direita, que passou a ocupar um espaço que era tradicionalmente cenário de movimentos progressistas e democráticos de esquerda. Assim, esse ambiente de manifestações começa a contar com a participação de novos e variados atores que iam desde organizações nacionalistas e extremistas, passavam por defensores da ditadura militar, monarquistas, grupos religiosos conservadores, até cidadãos de classe média com um discurso “anticomunista” e um sentimento difuso “anticorrupção”. Muito embora as pautas destes movimentos fossem muito diversas e nem sempre claras era possível perceber um sentimento

generalizado “antipolítica” a partir de diferentes pontos de vista. (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019)

Assim, esses movimentos que muitas vezes passaram a ser tratados como “jornadas de junho” transmitiram a impressão dentro de um cenário global de desilusão com a democracia de matriz liberal e de falência dos modelos clássicos de representação política, com um questionamento surgido a partir da juventude à política tradicional (GOHN, 2014).

Também se torna perceptível um esgotamento do modelo de gestão adotado pelos governos petistas de Lula e Dilma Rousseff, cujas reações já não pareciam mais ser suficientes para amainar essas pautas difusas e crescentes que rapidamente ganhavam força pelo país. Mas, sobretudo, era latente um esgotamento do modelo brasileiro de presidencialismo de coalização, adotado desde a redemocratização, fundado em uma estrutura que foi definida por Marcos Nobre como “peemedebismo”, que em síntese representava uma cessão de espaços de poder a partidos influentes em troca de uma blindagem do Poder Executivo no Congresso Nacional (NOBRE, 2013). Tanto era forte a percepção deste esgotamento, que após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, o sucessor Michel Temer adota o mesmo modelo de coalização e não consegue adesão social ou popular para seu governo que se sustenta quase exclusivamente na força congressual.

Outra condição relevante na construção do atual cenário político brasileiro é o aprofundamento da chamada operação “Lava Jato” que acontece a partir de 2014 no âmbito da Polícia Federal, Ministério Público Federal e Justiça Federal em Curitiba (PR), mas possui ramificações em outros Estados. O sistemático avanço dessa operação com a exposição pública intensa de denúncias de corrupção nos governos e partidos; prisão de políticos, doleiros e empreiteiros; e seus acordos de delação e de leniência enfraquecem ainda mais o já desgastado segundo mandato de Dilma Rousseff, que sem conseguir apresentar respostas econômicas satisfatórias, aliado ao fato de perda do controle de sua coalizão política sofre *impeachment* e tem seu governo prematuramente interrompido em 2016.

Em que pese o *impeachment* de Dilma Rousseff ter representado um duro golpe nos projetos políticos do Partido dos Trabalhadores, a pouca adesão popular e altas taxas de reprovação do governo Temer fazem com que Lula lidere as pesquisas de intenção de voto para as eleições de 2018 (UOL, 2018). Todavia, como resultado da operação Lava Jato, Lula que havia sido condenado criminalmente em primeira instância em julho de 2017, tem a

sentença confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e é preso em 05 de abril de 2018. Mesmo preso Lula permanece liderando as pesquisas e chega a ser registrado pelo partido como candidato a Presidência da República; mas a chamada “Lei da Ficha Limpa”, sancionada pelo próprio Lula quando presidente, é o fundamento jurídico que leva o Tribunal Superior Eleitoral a indeferir seu registro de candidatura em 01 de setembro de 2018 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018).

Lula, então, indica o Ex-prefeito de São Paulo e Ex-ministro da educação Fernando Haddad como seu sucessor no processo eleitoral. Há um rápido movimento de transferência de votos para Haddad, que mesmo desconhecido por grande parte do país, em pouco tempo passa a ocupar o segundo lugar nas pesquisas de opinião. Enquanto o jornalismo político debatia se o fenômeno da transferência de votos de Lula para Haddad seria suficiente para garantir uma eleição em menos de um mês, outro fato importante marcava decisivamente as eleições de 2018.

No dia 06 de setembro de 2018, o candidato do, até então, nanico Partido Social Liberal, Deputado Federal desde 1991, e Capitão da reserva do Exército brasileiro Jair Messias Bolsonaro, em Campanha na Cidade de Juiz de Fora (MG) leva uma facada aos olhos do público, precisando ser submetido a procedimentos cirúrgicos e internação. O acontecimento trágico mobiliza manifestações de solidariedade dos demais candidatos à presidência que precisam, então, recalcular seus movimentos contra Bolsonaro. Na campanha do PSL, em que pese a tragédia, Bolsonaro, além do benefício gerado pela comoção do fato, ganhava pontos interessantes³. Primeiramente, tendo pouco tempo no horário eleitoral, ganhava a atenção maciça da mídia e dos noticiários que faziam cobertura em período integral da porta do hospital. E em segundo lugar ganhava um providencial argumento de saúde para não precisar frequentar os debates presidenciais, área em que a própria campanha reconhecia sua inabilidade.

Com Haddad oscilando entre momentos bem sucedidos e trapalhadas, suas e do PT, na tentativa de substituir Lula; e Bolsonaro blindado pelo evento da facada os dois são levados ao segundo turno.

³ Em entrevista veiculada em julho de 2019 à Jornalista Andréia Sadi da Globo News, o empresário Paulo Marinho, um dos principais articuladores da campanha de Bolsonaro, relatou que esteve com ele no hospital poucos dias após o episódio da facada. E que, então, Bolsonaro comemorava a vitória antecipada nas eleições. Segundo Marinho Bolsonaro teria dito “olha, agora a gente não precisa fazer mais nada” (REVISTA FÓRUM, 2019).

No segundo turno Bolsonaro mais uma vez opta por não participar de debates. Um movimento feminino que já se desenhava desde o primeiro turno intitulado “ele não” tentava impedir a vitória de Bolsonaro, mas as pesquisas indicavam que a contrarreação não estava sendo suficiente. A campanha de Haddad também não lograva êxito em reunir as demais forças políticas do país contra “uma proposta de ultra direita de Bolsonaro”. Poucos candidatos do primeiro turno aderem a campanha de Haddad. A esperada manifestação incisiva de apoio por parte de Ciro Gomes, que havia ocupado o terceiro lugar no primeiro turno, não veio. A eleição no dia 28 de outubro de 2018 confirma o resultado que já era esperado. Bolsonaro é eleito o 38º Presidente do Brasil com 55,13% dos votos válidos.

Mas o resultado das urnas de 2018 para Bolsonaro era maior que a presidência. Nos estados, a grande maioria dos governadores eleitos eram alinhados às ideias defendidas por Bolsonaro e seu entorno. Seu partido, PSL, passa de 01 para 52 Deputados Federais, entre eles, Eduardo Bolsonaro, seu filho, com a maior votação do país. Entre os 04 Senadores eleitos pelo PSL também estava Flávio Bolsonaro, eleito pelo Rio de Janeiro.

Com o resultado incontestável das urnas passa a existir uma expectativa em relação ao Governo Bolsonaro, sendo a aposta de grande parte dos analistas que Bolsonaro amenizaria o discurso radical e formaria uma base de sustentação a partir dos setores mais conservadores da sociedade e da política, juntamente com os partidos de centro. Aos 09 meses de governo essas previsões não se confirmaram. Bolsonaro rejeita na formação de governo o modelo de coalizão, e, embora em diversas circunstâncias tenha negociado emendas e cargos com parlamentares, não consegue ter uma base de partidos, além do seu, a favor de seu governo. O gabinete de Ministros tem duas figuras centrais: Paulo Guedes na economia que detém o comando de toda a atuação econômica estratégica do governo; e Sérgio Moro, ex-juiz da operação Lava Jato e responsável pela condenação de Lula em primeira instância, no Ministério da Justiça. Moro, além de comandar a segurança pública, área fundamental no discurso de Bolsonaro, aos 09 meses de governo tem a popularidade maior do que a do Presidente (FOLHA, 2019).

1.1 ALGUNS DOS PRIMEIROS MOVIMENTOS DO GOVERNO BOLSONARO

Entre os movimentos realizados desde a eleição, até os nove meses de governo, por Bolsonaro e sua equipe, alguns merecem destaque para reflexão e a continuidade do presente artigo. Foram selecionados a partir de fatos amplamente divulgados em toda a imprensa brasileira. O recorte aqui é feito a partir de quatro perspectivas indispensáveis à formação da cidadania e preservação do estado democrático de direito: A) Direitos Humanos; B) educação; C) cultura e; D) democracia.

A) Na área de Direitos Humanos, Bolsonaro cogita durante a transição extinguir o Ministério. Depois se opta pela criação um Ministério a partir da fusão de várias pastas para mostrar “o que são os verdadeiros direitos humanos”; escolhe para a pasta Damares Alves, uma advogada evangélica e conservadora que já inaugura a polêmica na transmissão de cargo afirmando que “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”; Em 15 de janeiro Bolsonaro assina o primeiro dos decretos que facilita a posse de armas; em 29 de julho ironiza a morte do pai de Felipe Santa Cruz, Presidente da OAB: “se o Presidente da OAB quiser saber como o pai desapareceu no período militar, eu conto pra ele”; em 01 de agosto, sem observar indicações de órgãos, Bolsonaro põe militares e membros de seu partido, PSL, na Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos; em 04 de setembro Bolsonaro ataca a Alta Comissária de Direitos Humanos da ONU, Michelle Bachelet fazendo referências “de apoio” a tortura e morte de seu pai durante a ditadura chilena.

B) Na educação: Em 02 de janeiro Ricardo Veléz Rodrigues assume o Ministério da Educação prometendo acabar com o “marxismo cultural”; Em 09 de janeiro MEC tira do edital para livros didáticos diversidade étnica e violência contra a mulher; Em 25 de fevereiro MEC envia carta as escolas com slogan eleitoral de Bolsonaro pedindo que as crianças fossem filmadas cantando o Hino Nacional; Em 20 de março INEP cria comissão para apurar se questões do ENEM possuem “pertinência com a realidade social”; Em 25 de março MEC adia para 2021 avaliação dos alunos em alfabetização; Em 04 de abril Ministro diz que pretende revisar livros didáticos sobre o golpe militar; Em 26 de abril Bolsonaro defende cortes em cursos da área de Humanas; Em 30 de Abril o novo Ministro da Educação Abraham Weihtraub anuncia corte de recursos em 3 universidades por “balbúrdia”; Em 12 de julho governo anuncia corte de recursos na educação básica; Em 17 de julho o MEC anuncia o “future-se”, programa para captação de recursos e financiamento das universidades públicas;

CAPES e CNPQ anunciam reiterados cortes de bolsas de mestrado e doutorado (com pequeno anúncio de novas bolsas em setembro);

C) Na cultura: Em janeiro é extinto o Ministério da Cultura; em 06 de março Bolsonaro posta um vídeo contendo pornografia para demonstrar o que tem se tornado o carnaval no Brasil; em 16 de julho, depois de polêmica sobre financiamento de filmes, ANCINE se curva a Bolsonaro e retira apoio a filmes com temática LGBT ou negros; em 21 de agosto Secretário Especial de Cultura José Henrique Medeiros deixa o cargo denunciando que na Cultura o governo quer impor filtros a liberdade de expressão; em 13 de setembro embaixada brasileira censura filme sobre a trajetória de Chico Buarque no Festival Cine de Brasil 2019, que acontece em Montevideu e é co-patrocinado pela Embaixada.

D) Democracia: Em 03 de janeiro uma Medida Provisória (870/2019) prevê “supervisão e monitoramento de ONGs; em Decreto do dia 24 de janeiro, servidores comissionados poderiam impor sigilo a documentos públicos (esse decreto acabou revogado pela Câmara em 19 de fevereiro); em 28 de Fevereiro Sérgio Moro revoga a nomeação de Ilona Szabó para compor conselho por “reação negativa” entre apoiadores de Bolsonaro; em 11 de março, o Presidente publica críticas contra a jornalista Constança Rezende e recebe protestos das associações de imprensa; no dia 25 de março, Bolsonaro determinou que Ministério da Defesa fizesse “as comemorações devidas” ao Golpe de 64; em 29 de março o Comandante do Exército participa de desfile militar e alusão ao golpe de 64; em 29 de março historiadores criticam o Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo por dizer que o nazismo era de esquerda, depois o próprio presidente faz afirmações semelhantes; em 31 de março, o canal de comunicação do Planalto distribui vídeo que nega o golpe de 64; em 04 de abril Brasil diz a ONU que não houve golpe em 64; em 11 de abril, o decreto 9759 extingue centenas de conselhos federais (a medida acabou sendo revista em parte pelo STF em junho); em 10 de julho Bolsonaro afirma que indicará para STF Ministro “terrivelmente evangélico”;

2. O BOLSONARISMO E SUAS CARACTERÍSTICAS

Esse período de movimentação do cenário político pelo qual o Brasil tem passado desde junho de 2013, vem sendo chamado recentemente de “bolsonarismo”. Essa denominação, entretanto, exige uma maior reflexão para compreensão de seu conteúdo. Destaca-se, mais uma vez, que se trata de um ciclo ainda aberto, o que exige da pesquisa uma

diligência grande e cautelosa de distanciamento. É necessário, do mesmo modo, compreender que o bolsonarismo é maior e mais complexo de que o governo de Bolsonaro e maior mesmo do que a pessoa de Jair Bolsonaro.

O bolsonarismo está ligado a esta guinada à direita vivenciada pelo Brasil nos últimos anos que faz com que a política se organize a partir de outras perspectivas. Para Pinheiro Machado e Freixo, o bolsonarismo é marcado “por uma visão de mundo ultraconservadora que prega o retorno aos ‘valores tradicionais’ e assume uma retórica nacionalista e ‘patriótica’, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo” (2019).

Em sua obra *Direita e Esquerda*, Norberto Bobbio esclarece que essa distinção não é nova (ao contrário, desde o século XIX esses conceitos são adotados no vocabulário político), mas que constantemente se ressignifica. Contemporaneamente, esquerda e direita não podem mais ser percebidas como blocos homogêneos e maniqueístas. O conteúdo de suas ideias é difuso e não raras vezes repleto de contradições, formando diversos campos distintos de seguidores dentro de cada uma das duas visões. Assim, assevera Bobbio, direita e esquerda não são conceitos absolutos, mas conceitos relativos, são “lugares no espaço político” que se destinam a marcar posições dentro do “universo conflituoso da política” (BOBBIO, 2011).

Contudo, Bobbio reconhece ser possível traçar algumas distinções aptas a caracterizar, em linhas gerais, direita e esquerda. Assim, a esquerda se organiza a partir da ideia de promoção de igualdade entre os homens em uma perspectiva de mudança da ordem social. A esquerda apresenta como valores o racionalismo; o laicismo; desprezo às oligarquias; preservação do meio ambiente e dos direitos dos trabalhadores, que devem prevalecer sobre o crescimento econômico; antifascismo e identificação com as classes inferiores da sociedade. A direita, por sua vez, se move por outros ideais, como individualismo; supremacia da propriedade privada e livre iniciativa; primazia do sagrado; valorização da ordem e da tradição; crescimento econômico; militarismo e defesa da segurança nacional; baixa tolerância com a diversidade étnica, cultural e sexual e identificação com as classes superiores da sociedade (2011).

O bolsonarismo se assume claramente como uma linha de conduta de direita, mas mais do que isso, identifica-se com uma direita extremista, que para além de suas próprias convicções tem aversão aos defensores e pensadores de posições contrárias. Essa perspectiva

fica muito clara nas posições das lideranças que a cada nova iniciativa tem a necessidade de afirmar que o valor do ato, ideia ou postura se encontra justamente em sua oposição com a ideia contrária. Assim, exemplificando, não basta apresentar um novo método de alfabetização, é preciso dizer que ele se contrapõe as ideias de Paulo Freire; não se ataca o conteúdo ou metodologia dos cursos de filosofia e sociologia, mas uma suposta identificação das áreas com a esquerda.

Débora Messenberg classifica a “nova” direita brasileira a partir de três campos semânticos: antipetismo; conservadorismo moral e princípios neoliberais. O antipetismo apresenta como ideia-força a ligação permanente do PT e suas lideranças à crise econômica e aquilo que seria o principal problema do país: a corrupção. Como lemas como “fora PT”, “fora Dilma” e “fora Lula” apresenta um vocabulário repleto de expressões como “bolivarianismo”, “petrolão”, “petralhas”. O conservadorismo moral tem como ideias-força a defesa da família tradicional; o resgate da fé cristã; o patriotismo; o anticomunismo; o combate a criminalidade. Por sua vez, o campo semântico dos princípios neoliberais tem as seguintes ideias-força: Estado mínimo; eficiência do mercado (privatização); livre iniciativa (empreendedorismo); meritocracia e corte de políticas sociais (2019).

Essa classificação de Débora Messenberg apresenta uma série de ideias associadas à direita brasileira. Entretanto, é possível perceber que o bolsonarismo a partir desse amplo espectro da contemporânea direita brasileira é formado por características de diferentes campos semânticos, mas, sobretudo, o antipetismo e o conservadorismo moral. É interessante perceber que mesmo que o Governo Bolsonaro defenda privatizações; privatizações e livre iniciativa não compõe as ideias centrais do bolsonarismo. Mesmo a pauta de privatizações e livre iniciativa sendo fortes nas ações de governo, sequer entram na linha de frente das falas apaixonadas do próprio presidente, que só defende protocolarmente essas ideias. Também não se pode afirmar que foram essas pautas neoliberais que impulsionaram a eleição de Bolsonaro. Outras características, todavia, são fundamentais para a compreensão do bolsonarismo e desde logo passamos a elas.

O moralismo, uma das marcas mais acentuadas no bolsonarismo, esta frequentemente presente no discurso de lideranças e seguidores. O moralismo pode ser caracterizado como o conservadorismo aplicado à moral. O próprio grupo se identifica diante de pautas de costumes como “conservadores nos costumes”. Por conservadorismo se entende uma forma de

resistência às transformações promovidas pela sociedade moderna, como ampliação de direitos individuais e expansão do Estado laico (HIRSCHMAN, 1992). É a partir do viés moralista que comumente são tratados temas como união homoafetiva, aborto, feminismo, educação sexual.

Outra característica presente no bolsonarismo é o antipetismo que enxerga no PT e quaisquer outros partidos políticos, ou movimentos sociais que a ele possam ser associados, a causa dos problemas do Brasil, especialmente a corrupção. O antipetismo se guia pela lógica do inimigo, ou seja, uma figura necessária de contraponto. Assim, embora o principal inimigo possa ser identificado no PT, ele pode se transformar na medida em que isso seja interessante para as estruturas dominantes: “esquerdopata”, “professor doutrinador”, “estudante maconheiro”, “feminista” e mesmo instituições como Ordem dos Advogados do Brasil ou Supremo Tribunal Federal (GALLEGO 2019).

Todas essas pessoas ou instituições podem com facilidade tornarem-se bandidos no bolsonarismo. Bandido é um conceito vazio, que nada significa e pode significar tudo (LACLAU, 2013). Esse processo de antipetismo, criação e manutenção necessária e permanente de um inimigo não é um processo que aconteça sem riscos. O inimigo passa a ser compreendido como um ser inferiorizado e desprovido de seus atributos de cidadão, logo, matável, agredível e descartável. A pessoa que pertence a esse coletivo estigmatizado é encarada como desviante, sujeitos deteriorados que devem ser olhados com menosprezo. (GOFFMAN, 1980).

Do antipetismo decorre outra característica importante, a antipolítica, na medida em que a própria política é encarada com desconfiança e como um espaço previamente tido como contaminado. Afinal, quando o tema é organização do Estado, o bolsonarismo é contra “tudo isso que está aí”. Embora Bolsonaro não possa ser considerado um outsider, já que integrante do establishment político desde 1988 quando se elege vereador no Rio de Janeiro, seu discurso e do bolsonarismo são marcados por uma constante desconfiança, que por vezes torna-se ataque, à política.

Outro dois aspectos marcantes no bolsonarismo são o patriotismo e a mistura do discurso político com a linguagem religiosa. A retórica patriótica serve como elemento unificador, até mesmo pela facilidade simbólica que proporciona. Roupas e emblemas em verde e amarelo, brasões, bandeiras, hinos. Tudo isso gera um clima de unidade e um

ambiente propício à discursos inflamados e emotivos. Todavia, trata-se de um patriotismo que Daniel Bar-Tal da *Universidad de Tel-Aviv* descreve como patriotismo negativo, ou seja, quando uma ideologia, meta ou política passam a ser considerados como única condição desejável para a nação, excluindo-se pessoas de dentro da própria nação que não compartilhem dessas crenças e que passam a ser considerados “não-patriotas”, gerando um clima de conflito e violência:

Este patriotismo negativo puede ser al menos de dos tipos: uno es con frecuencia llamado chauvinismo o jingoísmo y se refleja en la aceptación ciega y ferviente del propio grupo, por un lado, y en un rechazo de los exogrupos, por otro. Normalmente este tipo de patriotismo negativo tiene consecuencias para los exogrupos puesto que puede llevar a conflictos, violencias e incluso guerras entre las naciones. El otro tipo negativo de patriotismo surge cuando un grupo o grupos limita la definición de patriotismo añadiéndole elementos ajenos tales como ideología, metas, valores, normas, políticas o apoyo al liderazgo que excluyen a aquellos miembros de la nación que no comparten tales elementos del campo patriótico. Es decir, tiene lugar cuando una ideología particular, meta, políticas u otros elementos son considerados por un grupo o grupos como la única condición deseable para la nación y el estado, y ven su apoyo como una manera necesaria de expresar el patriotismo. En estos casos, solamente aquellos miembros del grupo que aceptan los elementos añadidos son considerados patriotas, mientras que otros miembros del grupo, que se identifican con la nación y el país, pero que no comparten las creencias añadidas son tachados de no-patriotas⁴ (1995).

Esse discurso patriótico se mistura as falas repletas de menções religiosas como “resgate da fé cristã” ou “Brasil nas mãos de Deus” que por um lado também se constituem em elemento unificador e, por outro, marcam definitivamente uma maciça adesão de setores evangélicos e católicos conservadores ao bolsonarismo muito evidenciada pelo apoio de poderosas lideranças como Edir Macedo, Marcos Feliciano, Silas Malafaia.

Assim como as falas patrióticas, os argumentos religiosos, com a eleição de Bolsonaro, saem do campo dos protestos e campanha e passam a integrar os discursos oficiais de Estado gerando falas como as que pregam a necessidade de ministros (sejam de Estado ou

⁴Em tradução livre: “Esse patriotismo negativo pode ser de pelo menos dois tipos: um é chamado de chauvinismo ou jingoísmo e reflete-se na aceitação cega e fervorosa do próprio grupo, por um lado, e na rejeição de exogrupos, por outro. Normalmente esse tipo de patriotismo negativo tem consequências para os exogrupos, pois pode levar a conflitos, violência e até guerras entre nações. O outro tipo negativo de patriotismo surge quando um grupo ou grupos limita a definição de patriotismo, adicionando elementos estrangeiros como ideologia, objetivos, valores, normas, políticas ou apoio à liderança que excluem os membros da nação que não compartilham esses elementos do campo patriótico. Ou seja, ocorre quando uma ideologia, meta, políticas ou outros elementos específicos são considerados por um grupo ou grupos como a única condição desejável para a nação e o estado, e veem seu apoio como uma maneira necessária de expressar o patriotismo. Nesses casos, apenas os membros do grupo que aceitam os elementos adicionados são considerados patriotas, enquanto outros membros do grupo, que se identificam com a nação e o país, mas que não compartilham as crenças adicionadas, são rotulados como não-patriotas”.

do STF) “terrivelmente cristãos”. Também revelam um rótulo negativo adicional “cristofobia” usado contra aqueles que se posicionam de maneira diversa ao pensamento dominante nas chamadas pautas de costumes. A mistura de sentimentos religiosos e patrióticos ficam muito evidenciados em um dos principais lemas de campanha de Bolsonaro que acabou se tornando seu principal bordão na presidência “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Uma última característica que parece fundamental à compreensão do Bolsonarismo é o que aqui chamaremos de “militarização do Estado e emponderamento das forças armadas”. Esse fenômeno é complexo, mas precisamos destacar dois elementos. O primeiro é a utilização das forças armadas em operações de segurança pública e um crescente movimento de valorização das posturas militares em assuntos da vida política do Estado. O segundo elemento é um discurso de flexibilização dos Direitos Humanos em nome de melhorias na segurança pública.

Esse processo de valorização das forças armadas e adoção de suas posturas no enfrentamento das questões de segurança pública na nossa recente democracia é um movimento que se inicia já na década de 90, quando em 1999 (Lei Complementar 97), o Governo Fernando Henrique Cardoso regulamenta as operações de GLO, Garantia da Lei e da Ordem. Essa regulamentação é ampliada em 2010 pelo Governo Lula através da Lei Complementar 136, que torna possíveis ações como a chamada “pacificação” realizada pelo, então, Governador Sérgio Cabral no Rio de Janeiro. Todos esses governos gostavam dessas posturas na medida em que transmitiam uma sensação forte de enfrentamento à criminalidade. O ápice desse processo acontece quando no Governo Temer é sancionada a Lei 13.491/2017, que entrega à competência da Justiça Militar o julgamento de militares acusados pela morte de civis em operações de Garantia da Lei e da Ordem; e em 2018 quando é decretada intervenção federal no Rio de Janeiro. (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019)

Como um fenômeno concomitante, e que fundamentava a necessidade de endurecimento do Estado para conseguir combater a criminalidade, vai ganhando força um discurso que admitia a flexibilização de Direitos Humanos em troca de segurança pública. Esse fenômeno acontece aos olhos do governo Lula, que aliado de Sérgio Cabral, permite a subida, repleta de ações questionáveis, da polícia aos morros do Rio sem qualquer contrariedade. É também amplamente justificado pelas autoridades do Governo Temer como medida necessária para organizar a segurança do Rio de Janeiro.

Assim, nas eleições de 2018, também como resultado desse amplo processo de percepção por parte da sociedade das Forças Armadas como uma panaceia, o Exército e o militarismo tornam-se atores importantes no cenário político e são facilmente incorporados pelo bolsonarismo. Ganha força o discurso que só com grande repressão, o país retomaria a segurança, amplia-se a ideia da necessidade de liberação da posse e porte de armas para que o cidadão de bem não espere indefeso o criminoso. Os Direitos Humanos são concebidos como “ideologia para proteger vagabundos” e recebem um filtro definitivo do bolsonarismo “Direitos Humanos para humanos direitos” (GALLEGO, 2019). Sendo o próprio Bolsonaro ex-capitão do Exército, o governo é formado com a nomeação de muitos militares adotando discursos e posturas militarizadas.

Entenda-se por militarização o processo de adoção e uso de modelos militares, conceitos e doutrinas, procedimentos e pessoal, em atividades de natureza civil. A militarização é crescente quando os valores do Exército se aproximam dos valores da sociedade. Quanto maior o grau de militarização, mais tais valores se superpõem (ZAVERUCHA, 2006, p. 30).

Essas características do bolsonarismo não aparecem isoladas, e como já se asseverou, ultrapassam a figura do próprio Bolsonaro, mas seus dois discursos de posse (no Congresso Nacional e no parlatório, respectivamente) já indicavam o quanto essas características estariam presentes nas ações de governo:

Aproveito este momento solene e convoco cada um dos congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e reerguer nossa pátria, libertando-a definitivamente do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade economia e da submissão ideológica. Temos diante de nós uma oportunidade única de reconstruir o nosso país e de resgatar a esperança de nossos compatriotas. [...].Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. [...].O pavilhão nacional nos remete a ordem e ao progresso. Nenhuma sociedade se desenvolve sem respeitar esses preceitos. O cidadão de bem merece dispor de meios para se defender respeitando o referendo de 2005, quando optou nas urnas o direito à legítima defesa.[...]. Vamos honrar e valorizar aqueles que sacrificam suas vidas em nome de nossa segurança e da segurança de nossos familiares. Contamos com o apoio do Congresso Nacional para dar respaldo jurídico para os policiais realizarem seu trabalho. Eles merecem e devem ser respeitados. Nossas forças armadas terão as condições necessárias para cumprir sua missão constitucional, de defesa da soberania, do território nacional e das instituições democráticas, mantendo suas capacidades para resguardar nossa soberania e proteger nossas fronteiras.

Também é urgente acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares. Nossa preocupação será com a segurança das pessoas de bem e a garantia do direito de propriedade e da legítima defesa, e o nosso compromisso é valorizar e dar respaldo ao trabalho de todas as forças de segurança.(BRASIL,2019)

Assim como o bolsonarismo não se limita a pessoa de Jair Bolsonaro também não se limita ao governo Federal ou mesmo a governos. Certamente, esse amplo movimento que leva Bolsonaro a Presidência da República está reproduzido em muitos estados da Federação e outros tantos espaços da sociedade, daí a importância de reconhecer as suas características. Também é necessário ressaltar que o bolsonarismo é tomado a partir de um recorte brasileiro, mas será possível encontrar mundo afora fenômenos com características semelhantes, ou populismos de direita, que podem ou não ter relação com os processos que geram o bolsonarismo.

3. DESDEMOCRATIZAÇÃO: OS RETROCESSOS NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

Embora a eleição de Jair Bolsonaro se dê pelas vias democráticas, o bolsonarismo tem gerado fortes sinais de alerta na democracia e cidadania brasileira. As características do bolsonarismo que foram tratadas no tópico anterior sinalizam para um processo que oscila entre estagnação do movimento de avanços democráticos, pelo qual entre altos e baixos o país passa desde a Constituição de 1988, e uma possível “desdemocratização”, que se compreende como um processo de retrocesso em instrumentos democráticos. O “demos” passa a ser moldado, sob vários aspectos, para excluir a figura do “inimigo”, que conforme exposto é um contraponto indispensável ao bolsonarismo.

O preâmbulo da Constituição brasileira é capaz de sintetizar os valores e objetivos em que a Constituição funda o Estado:

[...] instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias [...].

A Constituição não deixa dúvidas, também no conjunto de seu texto, sobre seu caráter pluralista, de valorização dos direitos individuais e sociais, da busca pela igualdade na construção de uma sociedade fraterna e sem preconceitos. O antipetismo e sua busca constante por um inimigo; o patriotismo que forma a figura do não-patriota; o moralismo, que a associado ao discurso religioso conservador tratam dos assuntos de Estado a partir de uma perspectiva não laica; e a militarização com seu discurso de flexibilização de Direitos Humanos, tem formado um cenário áspero a democracia. Esses elementos vão se materializando nos velados e explícitos boicotes a cursos universitários, produções culturais e produções científicas. Nas restrições de acesso de diferentes pensamentos em espaços de debate, nas extinções de conselhos da comunidade e na implantação (ou desejo de implantação, como parecem às declarações quanto aos futuros Ministros do STF) de visões religiosas conservadoras nos órgãos de Estado, na tentativa de ressignificação da própria história do Brasil.

Umberto Eco, em uma conferência de 1995, alerta para o surgimento de um neofascismo (ou ur-fascismo, ou fascismo eterno) no ambiente político contemporâneo (que vai se estabelecendo pós-segunda guerra) e elenca algumas características desse fenômeno: 1) culto da tradição; 2) recusa da modernidade; 3) culto da ação pela ação, sem prévia reflexão; 4) não aceitação de críticas; 5) medo da diferença; 6) apelo às classes médias frustradas; 7) obsessão pelo complô; 8) sentimento de humilhação pela riqueza ostensiva e pela força do inimigo; 9) princípio da guerra permanente; 10) elitismo; 11) culto do heroísmo; 12) desdém pelas mulheres e condenação de hábitos sexuais não conformistas; 13) “populismo qualitativo”, que despreza o indivíduo e enxerga o povo como uma qualidade uniforme; 14) “novolíngua”, que por meio de palavras novas camufla atos e fatos antigos e conhecidos (2018).

O diagnóstico de Umberto Eco, em conjunto com as leituras sobre o populismo seja ele de esquerda ou de direita, deve também nortear as análises sobre os caminhos que vem tomando o bolsonarismo. Também em uma sociedade dominada pela emergência de fenômenos populistas é relevante a reafirmação do Direito Constitucional, dos Direitos Humanos e mesmo do Processo Penal, que não raras vezes é utilizado para alimentar o desejo das massas a procura de um inimigo, prestando-se mais ao papel de espetáculo que de função jurisdicional:

No “processo penal do espetáculo” os valores típicos da jurisdição penal de viés liberal (“verdade” e “liberdade”) são abandonados e substituídos por um enredo que aposta na prisão e no sofrimento imposto a investigados e réus como forma de manter a atenção e agradar ao público; isso faz com que a atividade processual cada vez mais limite-se a confirmar a hipótese acusatória, que faz as vezes, do roteiro do espetáculo [...]. O direito, então, passa a estar subordinado à lógica da hipercultura midiática-mercantil (CASARA, 2017, p. 160-161).

De fato a democracia tal qual estampada na Constituição não pode se limitar ao cumprimento formal de instrumentos democráticos, como eleições, ou formação de maiorias ao redor de determinados temas. Muito mais que isso, a democracia também precisa estar atenta à criação de mecanismos que impeçam hegemonias políticas, econômicas e sociais; instrumentos que pressionem os governos a estarem atentos as variadas demandas sociais; instrumentos que reforcem as instituições e institucionalidades capazes de oferecer contrapontos efetivos ao poder de ocasião. A eficácia da democracia está sujeita a um processo contínuo de revisão de seus postos a partir das demandas colocadas pelos novos contextos. (SCHWARCZ, 2019).

Não admite a Constituição e os movimentos de consolidação de Direitos Humanos existentes no Brasil de 1988 para cá, que os poderes formalmente constituídos possam por qualquer meio valer-se da institucionalidade do Estado para fomentar a exclusão de quaisquer pessoas ou ideias a partir da imposição de limitações à educação; à ciência; à cultura, que são por excelência instrumentos da maior grandeza para o estímulo e consolidação democrática. A relação entre o Estado e a população deve ser pautada pela cidadania que pressupõe igualdade, e não por qualquer critério de patriotismo, que possa permitir a exclusão de ideias diversas das de grupos ocupantes dos espaços de poder.

A posição de agentes públicos e lideranças políticas de dificuldade ou mesmo de aversão em lidar com diferenças econômicas, sociais, étnicas, religiosas, ideológicas, políticas, nos dizeres de Hannah Arendt mostram que “o estranho é um símbolo assustador pelo fato da diferença em si, da individualidade em si, e evoca essa esfera [da vida privada] onde o homem não pode atuar nem mudar e na qual tem, portanto, uma definida tendência a destruir” (1989, p.335). Para Luciana Ballestrin, no Brasil, o processo de crescente intolerância, aliado a escolha do tema do combate a corrupção para a eleição do inimigo, marcam o processo de desdemocratização, em que a política é colocada como um ambiente contaminado:

A combinação desses elementos caminha para a conformação ainda difusa de um projeto político que autoriza racionalmente a entrada da irracionalidade para a eliminação do outro no jogo político, nas ruas e no cotidiano. No Brasil, o avanço da desdemocratização também caminha com a radicalização do anti-humanismo contra a vida dos outros. A equivalência da política à corrupção é um dos discursos generalizados que trabalha para a destruição da democracia, afastando as pessoas da política e produzindo um sentimento de rejeição aos partidos políticos, à classe política e às instituições políticas. Da maneira como se tem posto nos últimos quinze anos, a aversão discursiva à corrupção tem se transformado em aversão à política e à própria democracia. Quando combinado ao discurso de ódio, o discurso anticorrupção sinaliza que é capaz de suportar o sacrifício da democracia e apoiar a eliminação do “outro corrupto” da vida política, em uma clara distorção do objetivo básico do combate à corrupção – ou seja, o reforço dos princípios republicano e democrático de controle pela soberania popular. (2006).

É certo que nos Estados em que a vida democrática se esmaece, a cidadania também entra em crise. Maia e Pontin asseveram que a possibilidade de participação efetiva na vida democrática do Estado que, acrescida a um conjunto de direitos e garantias básicas, formam a cidadania. A cidadania está associada historicamente a ideia de dignidade humana e a permanente tentativa de expansão de seu conteúdo. Em um Estado que tenha sua cidadania consolidada, o indivíduo não pode ter mais ou menos acesso a participação na vida do Estado conforme o poder da ocasião ou a maioria eventual. Ou, em outras palavras “ser cidadão significa ser titular de um poder público não limitado e participar de modo estável do poder de decisão coletiva” (2019). No Brasil, a democracia e a cidadania não podem ficar reféns dos processos antidemocráticos ou desdemocratizantes do bolsonarismo. E a despeito das considerações sobre o Governo Federal é pertinente mais uma vez ressaltar que o bolsonarismo é um “modus operandi” de atuação na vida pública e pode estar presente em governos estaduais, municipais e outros espaços de poder.

A Constituição do Brasil ainda é o maior e melhor instrumento de combate contra as práticas desdemocratizantes. Nossa Constituição é atenta às minorias e é inegável a sua firme decisão em favor da democracia, da pluralidade política, das políticas públicas de redução das desigualdades, dos Direitos Humanos, da participação popular e promoção da cidadania. Diante de ameaças, a sociedade, os trabalhadores do Direito e os Tribunais tem o mais significativo instrumento de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde as manifestações de junho de 2013 o Brasil parece passar por um novo ciclo político em que a direita descobriu as ruas e aprendeu como manipular instrumentos

populistas, especialmente por meio das redes sociais. Com pautas difusas e tomando a como sua a bandeira do combate à corrupção, a direita brasileira soube aproveitar um esgotamento do modelo de gestão dos governos do PT, que em 2015, quando Dilma sofre o impeachment, apresentavam sérias dificuldades de comunicação com a sociedade. Também o modelo de governo de coalização estruturado no “peemedebismo” apresentava sinais claros de saturação. Os líderes de direita tem, diante deste cenário, resultados expressivos nas eleições de 2018, avançando na maioria dos Estados da Federação.

O maior resultado, contudo, acontece na eleição presidencial; em que a prisão e, consequente rejeição da candidatura de Lula (que então era líder nas pesquisas), aliado a um atentado ao candidato de extrema-direita encadeiam uma séria de fatos que levam a eleição de Jair Bolsonaro como presidente.

No governo, Bolsonaro mantém a mesma linha de sua campanha e tornam-se cotidianas ações que colocam em cheque valores importantes à democracia e que impedem avanços da consolidação da cidadania; com discursos e atitudes que limitam a liberdade de expressão na educação e na cultura, além de questionar direitos humanos e fundamentais que pareciam consolidados. Esse modelo de operar no espaço público começa a ser reconhecido como “bolsonarismo”, que é um modelo populista de extrema direita aplicado a experiência brasileira, até mesmo como forma de diferenciá-lo de outros populismos de direita existentes pelo mundo.

Embora receba esse nome, o bolsonarismo é maior que Bolsonaro e aplicável a outras esferas de poder e espaços públicos, podendo existir até mesmo sem a figura de Jair Bolsonaro. O bolsonarismo se consolida a partir de algumas características centrais: o moralismo; o antipetismo, que marca a necessidade de escolha permanente de inimigos; a antipolítica, que não enxerga a política como um espaço de transformações necessárias; o patriotismo; discurso religioso no espaço público e militarismo.

Essas características fazem com que o bolsonarismo crie espaços de “sub-cidadania”, onde ficam os inimigos, aqueles que são rotulados como bandidos e os não-patriotas. Esses ocupantes dos espaços de sub-cidadania devem ter restrições nos ambientes de participação na vida do estado; e limitações ao acesso de recursos públicos, especialmente (conforme o recorte aqui realizado) para produções culturais, educacionais, científicas e intelectuais.

Por certo que essa movimentação não somente estagna e impede o avanço democrático e cidadão como também cria um fenômeno social e político mais severo que é a “desdemocratização”. A desdemocratização marca o retrocesso em ações democráticas e de cidadania que aparentavam consolidação e colocam um sinal de alerta à condução política, jurídica e social do Estado.

É a Constituição brasileira o instrumento mais forte contra o processo de desdemocratização. A opção inegável pela democracia; a proteção irrestrita aos direitos humanos e fundamentais; a proteção jurídica das minorias e combate ao preconceito e as políticas públicas de avanço na cidadania fazem da Constituição de 1988 um refúgio diante de qualquer processo autoritário. Por isso mesmo deve ser observada e defendida vigorosamente pelos Tribunais, trabalhadores do direito e sociedade. Encerramos com o poeta Manuel Alegre: “mesmo na noite mais triste, em tempos de servidão, há sempre alguém que resiste, alguém que diz não”.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BALLESTRIN, Luciana. Pós-democracias no sul global e a melancólica desdemocratização no Brasil contemporâneo. **Democratization**, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2006.

BAR-TAL, Daniel. La monopolización del patriotismo. **Psicología política**, v. 11, p. 41-68, 1995.

BRASIL. Presidente (2019: Jair Messias Bolsonaro). **Discurso de posse no Congresso Nacional e no parlamento**. Brasília, 1 de jan. de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/> Acesso em: 23 set. 2019.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 3ª ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record: 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO (Brasil). **Intacto, moro supera em 25 pontos a aprovação de Bolsonaro**. São Paulo, 5 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/intacto-moro-supera-em-25-pontos-aprovacao-de-bolsonaro-mostra-datafolha.shtml> Acesso em: 18 set. 2019.

FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In: FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Brasil em transe: Nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. p. 09-24. (Coleção Pensar Político).

GALLEGO, Esther Solano. Quem é o inimigo? Retóricas de inimizade nas redes sociais no período 2014-2017. In: FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Brasil em transe: Nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. p. 83-98. (Coleção Pensar Político).

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Trad. Mathias Lambert. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo**. Petrólis/RJ: Vozes, 2014.

HIRSCHMAN, Albert. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MAIA, Tatiana Vargas; PONTIN, Fabrício. Cidadania, semi-cidadania e democracia no Brasil contemporâneo. In: FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Brasil em transe: Nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. p. 144-160. (Coleção Pensar Político).

MESSEMBERG, Débora. A cosmovisão da "nova" direita brasileira. In: FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Brasil em transe: Nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. Cap. 1. p. 25-49. (Coleção Pensar Político).

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2013.

REVISTA FÓRUM (Brasil). **Após facada Bolsonaro disse no hospital que eleição estava ganha: “agora não precisa fazer mais nada”**. São Paulo, 15 de jul. 2019. Disponível em <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/apos-facada-bolsonaro-disse-no-hospital-que-eleicao-estava-ganha-agora-nao-precisa-fazer-mais-nada/> Acesso em 18 set. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). TSE indefere pedido de registro de candidatura de Lula à Presidência da República. 01 set. 2018. Disponível

em:<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Setembro/tse-indefere-pedido-de-registro-de-candidatura-de-lula-a-presidencia-da-republica>Acesso em: 18 set. 2019.

UOL (Brasil). **Lula chega a 39%, aponta Datafolha; sem ele, Bolsonaro lidera**. São Paulo, 22 ago. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/lula-chega-a-39-aponta-datafolha-sem-ele-bolsonaro-lidera.shtml>>. Acesso em: 18 set. 2019.

Submetido em 30.09.2019

Aceito em 07.10.2019